

FGV Justiça realiza mesa-redonda sobre os novos institutos da Lei de Licitações

O encontro, presidido pelo Ministro Benjamin Zymler, reuniu conselheiros-presidentes de Tribunais de Contas, advogados públicos e privados, além de renomados especialistas para discutir a implementação da Lei nº 14.133, de 2021, nas respectivas entidades.

No dia 10 de junho de 2024, a FGV Justiça promoveu uma mesa-redonda sobre os novos institutos da Lei nº 14.133/2021 na sede da FGV Conhecimento, presidida pelo Ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, professor da FGV e coordenador acadêmico do Fórum de Infraestrutura da FGV Justiça, que contou com a presença do Ministro e Presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, e do Ministro do Tribunal de Contas da União e relator da Lei nº 14.133/2021 Antonio Anastasia.



Estiveram presentes os Conselheiros de Tribunais de Contas Fernando Guimarães (TCE-PR), Marcus Vinícius de Barros Presidio (TCE-BA), Gilberto Pinto Monteiro Diniz (TCE-MG), Saulo Marques Mesquita (TCE-GO), Sérgio Ricardo de Almeida (TCE-MT), Jerson Domingos (TCE-MS), Rodrigo Melo do Nascimento (TCE-RJ), Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), Edilberto Carlos Pontes Lima (TCE-CE), Luiz Antonio Guaraná (TCM-Rio), Marcos Antônio Rios da Nóbrega (TCE-PE) e Joaquim Alves de Castro Neto (TCM-GO).

Além deles, marcaram presença outros especialistas em Direito Administrativo, como Bradson Tibério Luna Camelo, Procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas da Paraíba, Hamilton Bonatto, Procurador-Chefe da Procuradoria Consultiva da Procuradoria-Geral do

Estado do Paraná, Walter Baère, Diretor Jurídico do BNDES, Nicola Houry, Secretário de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos do TCU, Ricardo Cardozo, Diretor de Gestão e Planejamento do Inep, Eliana Sartori, Procuradora-Chefe do Inep, Lucas Hayne Dantas Barreto, Consultor Federal em Gestão Pública da Procuradoria-Geral Federal, Daniela Gonçalves de Carvalho, Procuradora Chefe da Procuradoria junto ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/RJ, bem como os advogados e professores Marçal Justen Filho, Guilherme Reisdorfer, Rafael Schwind, Joel Niebuhr e a equipe da FGV Justiça, Camila Lannes, Fernanda Bragança, Livia da Silva Ferreira, Renata Braga e Thiago Serrano.

O Presidente do TCU, Bruno Dantas, destacou que o órgão está desenvolvendo uma ferramenta de inteligência artificial para aprimorar seu trabalho. Ele destacou que os Dispute Boards, ferramenta que tem sido cada vez mais aplicada na resolução de conflitos em grandes projetos de infraestrutura, são uma forma revolucionária de prevenir litígios decorrentes de contratos. Ele salientou também que o TCU tem um papel importante na indução de políticas e comportamentos.

Em seguida, o Ministro do TCU Antônio Anastasia ressaltou o papel dos Tribunais de Contas para a elaboração da Lei nº 14.133/2021 e afirmou que vários instrumentos presentes na norma foram inseridos a partir da jurisprudência desses órgãos. Ele ressaltou que a nova norma é mais moderna que sua antecessora, a Lei nº 8.666/1993. Ademais, o Ministro apontou que a nova lei foi inovadora na construção de um ambiente mais favorável para a eficiência e eficácia das políticas públicas. Na sequência, o Secretário de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos do TCU Nicola Houry chamou a atenção para a atuação da SecexConsenso.